

## **ALTERAÇÃO DE LEITURA E ESCRITA - O DIÁLOGO ENTRE A CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA E A ESCOLA.**

**SIQUEIRA**, Cinthia Lucia de Oliveira – UNIMEP

**GT:** Alfabetização, Leitura e Escrita/n. 10

**Agência Financiadora:** CAPES

O fracasso escolar tem sido protagonista da história da educação brasileira há algum tempo. Mesmo com os constantes esforços da população, dos educadores e do poder público para solucionar esta questão, ela continua a habitar o cotidiano das escolas e estudar os movimentos deste fracasso ainda se faz necessário.

De acordo com estudos realizados na clínica escola de fonoaudiologia da Universidade Metodista de Piracicaba (Lacerda, 1998 e Leonelli, 2002) e a partir da constatação empírica em minha própria experiência clínica, presencia-se hoje um número significativo e crescente de crianças que, por não aprenderem a ler e escrever na escola, são encaminhadas para as clínicas de fonoaudiologia. Confere-se ao fonoaudiólogo o papel de alfabetizador de uma criança rotulada de incapaz (muitas vezes disléxica) a qual a escola alega não ter mais meios para ensinar.

Questionando essa transferência do papel de educador do professor para o clínico este trabalho pretende compreender a relação entre professores e fonoaudiólogos no atendimento ao aluno que apresenta alteração de leitura e escrita. Como estes profissionais entendem seus papéis de educadores e qual reflexão fazem sobre o desenvolvimento do sujeito aprendiz.

O que a prática de atendimento destas crianças mostra é que quando se encaminha um aluno para a clínica há a crença num distúrbio inerente a ele que justifique o seu não aprender. Se algo der errado na escola o problema deve estar no aluno. Esta tendência em culpabilizar a criança por seu fracasso é tema bastante discutido e criticado nos trabalhos de Patto (1993) e Moysés e Collares (1996), que apontam que as dificuldades estão, na verdade, no sistema e não no aluno.

É justamente a responsabilidade pelo fracasso escolar que a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 procura retirar, propondo que a realidade pedagógica

é que deve ajustar-se às necessidades educativas dos alunos e não o contrário. O fracasso escolar passa a ser um problema do ensino e não do aluno.

Antes da LDB o aluno que não aprendia, ou era reprovado, ou era encaminhado para a classe especial ou saía da escola, o que permitia um controle de uma menor diversidade no interior das classes e a possibilidade de um ritmo mais uniforme de trabalho.

A nova lei, entendendo que se oferecidas condições adequadas de ensino, toda a criança tem condições de aprender, determina a inclusão de todas as crianças na rede regular de ensino (exceto os severamente comprometidos), o que pretende, dentre outras coisas, eliminar o encaminhamento indiscriminado do aluno para a classe especial.

Além da inclusão, esta mesma lei sugere que seja adotado o regime de progressão continuada nas escolas, que consiste na eliminação da repetência, partindo do princípio pedagógico de que a escola deve respeitar o ritmo e modo de aprendizagem dos alunos. Se um aluno não aprende não deve ser punido por isso e a avaliação recebe um estatuto de auto avaliação do próprio professor e das estratégias de ensino utilizadas, ao invés de mensuração da capacidade do aluno.

Observa-se que tanto a progressão continuada como a inclusão implicam em o professor saber trabalhar com uma clientela mais diversificada e isto exige que ele modifique suas práticas e concepções de ensino e aprendizagem, além de requerer um investimento público em recursos físicos e humanos. Isto parece não acontecer pois ao contrário destas medidas garantirem um efetivo aprendizado dos alunos, parece haver somente um adiamento da reprovação da primeira para a quarta série, já que existem crianças que ainda nesta série não são alfabetizadas, época inclusive em que o encaminhamento para a clínica de fonoaudiologia apresenta-se estatisticamente maior (Leonelli, 2002).

Alteraram-se as conseqüências sem modificarem-se as causas do problema, o fracasso escolar continua, não se pode mais reprovar o aluno, nem encaminhá-lo indiscriminadamente para as classes especiais e parece que a clínica fonoaudiológica apresenta-se como uma alternativa para resolver os problemas que ainda são atribuídos aos alunos.

Apesar das novas tendências educacionais terem como princípio a necessidade de uma avaliação das dificuldades do sistema de ensino e não do aluno, antigas concepções sobre as impossibilidades do sujeito aprendiz ainda persistem.

A escola, apesar de contar com uma clientela mais diversificada, continua tendendo a homogeneizar para trabalhar e a diversidade é trabalho para as clínicas. Os desajustes são compreendidos como se fossem trazidos pelos alunos de fora para dentro das escolas e não como se pudessem ser criados na/pela própria escola.

A partir de uma concepção sócio – histórica de desenvolvimento, é possível entender que, ao contrário desta lógica, as alterações das crianças não têm como serem separados das suas experiências escolares além de serem passíveis de transformação na própria escola.

Vigotski (2001) e Bakhtin (2002) indicam que o sujeito é constituído socialmente. Tudo o que ele diz, pensa e compreende sobre si e sobre o mundo tem sua origem nas relações interpessoais que ele estabelece e que são por ele internalizadas. Assim, as experiências escolares dos sujeitos certamente marcam a forma como eles aprendem e a mediação do professor, através da linguagem que ele utiliza com seus alunos, assume extrema relevância na relação do sujeito com o objeto de conhecimento.

Para Vigotski, não são as condições internas dos sujeitos que determinam suas possibilidades de aprendizagem, já que ele não subordina o desenvolvimento da criança ao biológico, mas sim ao cultural. O autor não descarta a influência do biológico no desenvolvimento do sujeito, mas indica que este pode ser totalmente transformado por meio das possibilidades de acesso a bens culturais a que a criança está exposta. Desta forma, a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento, o que faz com que não se espere que determinados ciclos de desenvolvimento estejam completados para então ensinar as crianças, mas deve-se ensinar para que os ciclos se completem.

De acordo com Freitas (2001) e Góes (1997) a atuação pedagógica nem sempre será acertada e o conhecimento nem sempre alcançará a intencionalidade do professor no momento exato da interação, já que as funções mentais não são um espelho das interações, elas são reelaborações constantes das várias relações que a criança estabelece com o outro.

Crer que a dificuldade de leitura e escrita de uma criança é um problema inerente a mesma (seja de ordem biológica ou cultural), que a escola não tem relação com isso e que nada tem a fazer, é negar a constituição social do sujeito, é não acreditar numa possibilidade de transformação da criança, é não refletir sobre a qualidade de interação oferecida na escola, por este motivo, é questionável se o encaminhamento do aluno para as clínicas ajuda a resolver o fracasso escolar ou constitui-se apenas uma estratégia para empurrar ou camuflar o “problema”.

### **O Estudo desenvolvido:**

Procurando entender o ideário socialmente constituído dos professores e fonoaudiólogos sobre o desenvolvimento do sujeito aluno e sobre as possibilidades de mediação na aprendizagem dos mesmos, foram realizadas 08 entrevistas com estes profissionais que foram áudio gravadas e posteriormente transcritas.

A entrevista foi escolhida como abordagem técnica de coleta de dados por ser um instrumento que revela atitudes, valores e opiniões dos sujeitos, possibilitando compreender o ideário que permeava as falas dos sujeitos.

Das 08 entrevistas realizadas foram selecionadas para a análise do trabalho apenas 04 que apresentavam maior diversidade de dados, pois traziam concepções teóricas distintas sobre desenvolvimento humano, refletindo atuações práticas diferentes. Foram selecionadas as entrevistas mais longas e mais ricas em termos de reflexões e questionamentos dos profissionais.

Assumindo um modelo sócio histórico de pesquisa em que os fenômenos humanos devem ser estudados em seu processo de transformação e mudança e não como situações estáveis e fixas, os enunciados dos sujeitos não foram tomados como produtos (prontos e acabados), mas procurou-se conhecer a gênese dos processos de construção desses enunciados e a correlação que estabeleciam com outros processos. Analisou-se os indícios das condições sociais que determinavam seus enunciados, representando idéias de um determinado grupo e não do sujeito isoladamente.

As entrevistas constituíram-se em diálogos sem nenhum roteiro prévio, os sujeitos eram apenas situadas sobre os objetivos da pesquisa e solicitava-se que relatassem sobre sua formação e experiência profissional e comentassem sobre o encaminhamento de crianças que não aprendem a ler e escrever nas escolas, o que não era uma problemática estranha aos entrevistados, mas um assunto familiar sobre o qual eles poderiam discorrer com facilidade.

Optou-se por uma entrevista não estruturada por possibilitar a liberdade no percurso do enunciado de nossos sujeitos, pois o objetivo era poder compreender os processos de construção de seus enunciados, como as idéias apareciam e se apresentavam ao longo do discurso e o que os próprios entrevistados elegiam como mais ou menos relevante no tema sugerido para o diálogo. Apesar desta flexibilidade

nos diálogos, as entrevistas não significaram uma conversa despreziosa e neutra, havia algumas questões iniciais e de acordo com o que era relatado pelos profissionais, intervinha-se a favor dos objetivos do trabalho.

Os temas de análise foram delimitados após a coleta de dados e a partir daquilo que os próprios sujeitos elegeram como relevante na construção de seus enunciados, configurando-se em: como o professor entende a sua atuação e a do fonoaudiólogo; como o fonoaudiólogo entende a sua atuação e a do professor; como os profissionais se relacionam.

### **As análises.**

De uma maneira geral, os enunciados mostraram que a forma como os profissionais entendem suas atuações, a do outro profissional e como se relacionam depende da concepção que se assume sobre desenvolvimento, aprendizagem e mediação.

#### 1- Como o professor entende a sua atuação e a do fonoaudiólogo.

A partir de uma concepção organicista, parece que o professor não encontra uma possibilidade de mediação na aprendizagem do aluno e destaca o fonoaudiólogo como o profissional que pode resolver os problemas que acredita serem inerentes ao sujeito aprendiz, conforme revelam os seguintes enunciados:

*Dá às vezes um estalo sabe? Uma aprendizagem súbita, às vezes desenvolve sabe? Não consigo saber como, deve ser um processo psicogênico lá dentro (risos). Alguma coisa que talvez alguém iluminou nele... Um esquema de aprendizagem que ele tinha elaborado na cabeça dele e que não tinha dado aquilo (estala os dedos) para desencadear. Mas ele passou pela primeira, segunda, terceira, quarta, repetiu e agora ele acendeu a luzinha.*

Os enunciados da professora referem-se a *um estalo, um processo psicogênico lá dentro*, algo inato, inerente à criança e que, de repente, ilumina. Em um dado momento, de uma forma que ela considera *súbita*, aparecem os conhecimentos trabalhados. Parece que ela não identifica a ação do professor na transformação do aluno, *ai ele passou pela primeira, segunda, terceira, quarta, repetiu e agora ele*

*acendeu a luzinha dele*, ou seja, foi o aluno quem aprendeu sozinho, como se ela não tivesse participação na construção deste conhecimento.

As palavras enunciadas por ela sugerem que o desenvolvimento é entendido como um amadurecimento das funções internas ao sujeito e a aprendizagem como um produto (acabado) deste desenvolvimento. O que contraria a concepção de Vigotski (1998) que concebe a aprendizagem como sendo um processo construído em parceria com outros sujeitos que impulsiona o desenvolvimento.

A partir desta concepção organicista de desenvolvimento o professor não acredita em sua possibilidade de mediação, conforme revelam os enunciados abaixo:

*O método de ensino tá bom, agora o procedimento clínico, o que diagnosticar, qual é a causa, qual é o meu procedimento de sanar esse problema do aluno... o clínico, o clínico eu não sei.*

*Ah, eu acho que o professor não dá conta por si só, porque às vezes, é necessário um profissional mesmo! O professor não está com essa bola toda não, não tem esse preparo todo.*

*Esse problema do aluno* que ela refere deve ser algum distúrbio, alguma patologia que só cabe ao clínico, porque o professor *não tem esse preparo todo* o que faz com que a clínica revele-se como imprescindível:

*Nooossa, olha, a parte clínica da escola, aaaa! Eu acho que eu vou exagerar, não, eu acho que não, é imprescindível. Não pode ficar sem.*

Contrapondo-se às idéias acima, selecionamos o enunciado de outra professora que parece adotar uma concepção sócio histórica de desenvolvimento, revelando que a partir desta concepção o professor pode e deve assumir o papel de mediador na aprendizagem do aluno não entendendo a clínica como única alternativa viável.

*Continuam procurando outros profissionais para justificar um pouco nossa incapacidade de resolver toda essa problemática social que vem se desenrolando na escola. Antes tínhamos que mandar porque não tínhamos voz (...) com essa nova legislação, ela mudou, ela falou que quem vai decidir somos nós educadores.*

O enunciados acima revelam que a professora atribui a problemática ao social, à escola e não ao aluno, assumindo a responsabilidade do professor em resolve-la. Esta oposição que ela faz às capacidades individuais fica mais clara no enunciado abaixo:

*Uma coisa que a diretora contou foi sobre uma entrevista de um cara que disse que já comprovou que há o gen da burrice. E aí não adianta ir contra isso, porque tem o gen. Conclusão... Deixou muitas pessoas tranquilas, tanto que eu já ouvi muita gente dizendo: gente, a maioria dos meus alunos tem o gen da burrice. Ou seja, usam isso para dizer que a maioria deles têm. Eu acredito que é uma pesquisa séria, que tem o gen que*

*engorda, que emagrece, tem tudo isso, agora você não pode pegar isso para justificar o fracasso da escola, ou seja, de trinta alunos, quinze têm esse gen.*

O enunciado acima revela uma concepção de constituição do sujeito que vai além de sua condição orgânica, a professora entende que se de trinta alunos da classe quinze estão com dificuldades isto não pode ser uma grande coincidência genética, mas certamente está relacionada às condições sociais a que as crianças estão expostas no interior da escola, condições, estas sim, muito coincidentes, já que são a mesma escola, os mesmos professores, o mesmo método pedagógico.

Ela partilha da concepção de Vigotski por entender o desenvolvimento do sujeito como sendo socialmente constituído. Questionada sobre as crianças que apresentam alterações de leitura e escrita, remete-se às condições do sistema de ensino em que estão inseridas estas crianças, dentre elas, a falta de formação adequada do professor:

*A formação do professor, não ta legal, não se está ensinando o professor em faculdade, então, ele vem para a sala de aula sem uma formação coerente, coesa, daí, fica com um monte de coisa, tentando, se ele não tenta ele morre, ele é assassinado lá dentro, só que não tem uma estrutura.*

Ela sabe que precisa assumir o aluno, mas também sabe que o professor não tem formação coerente, coesa, na faculdade. Ela reconhece que no lugar social do professor é muito difícil trabalhar, *ele é assassinado lá dentro*. Mesmo assim, ela procura enfrentar as dificuldades e não entende que o fonoaudiólogo pode resolver um problema que ela atribui ao sistema e não elege o encaminhamento clínico como uma solução para o não aprende a ler e escrever:

*Em alguns casos eu não encaminho, porque o profissional acaba aparentando que está fazendo alguma coisa para te ajudar (...) não acho que o profissional vai resolver o meu problema.*

*O que o professor tem em mente, o que ele pensa quando encaminha para o fono é assim: eu não quero dar conta, o que você mais ouve é assim, ele não tá aprendendo, mas eu já mandei. Então tira a minha culpa e joga o problema para o outro.É isso que eu vejo, por isso que em alguns momentos eu tento não estimular o encaminhamento.*

Ela atribui o problema da alfabetização ao próprio professor, à ela mesma, então não acredita que o fonoaudiólogo, trabalhando com o aluno, vai resolver as dificuldades do professor não crê que o profissional seja portador de um saber mágico que resolva os problemas que ela não consegue resolver na sala de aula. Esta professora inclusive

identifica que o encaminhamento pode significar mais do que uma tentativa de solucionar o fracasso escolar, mas uma transferência do problema e uma absolvição de culpa por não ensinar, não concordando com isso, procura *não estimular o encaminhamento*.

## 2- Como o fonoaudiólogo entende a sua atuação e a do professor:

Os enunciados dos fonoaudiólogos revelam que quando se assume uma concepção organicista de desenvolvimento, acredita-se que somente o fonoaudiólogo pode resolver os problemas da criança que não aprende a ler e escrever, entendendo que o professor não tem as mesmas possibilidades de avaliação e acompanhamento dessas crianças. Conforme os enunciados abaixo:

*Porque a gente sempre encontra algo na criança, por mínimo que seja, por mais imperceptível que pareça, dependendo da sensibilidade do profissional, sempre há de se encontrar onde está o problema da criança e aí, é claro, quando se encontra o foco, aí fica fácil trabalhar.*

*É o fonoaudiólogo que vai realmente fazer o trabalho de saber o que tem, onde tem, porque tem e como conduz (...) eu penso que a gente tem outras armas, outras possibilidades de avaliação.*

Os problemas de leitura e escrita são atribuídos às crianças especificamente. *Por mínimo que seja, sempre há de se encontrar o problema*, que é referido como sendo um foco específico, bem delimitado, desconsiderando seus determinantes históricos, sociais e culturais. Estes enunciados carregam a concepção de que o aprender está subordinado às condições internas da criança e é o fonoaudiólogo quem deve *saber o que tem, onde tem, porque tem e como conduz*, porque ele *tem outras armas, outras possibilidades de avaliação*.

Entendendo que o aluno sempre tem uma alteração que justifique sua dificuldade, identifica-se como o profissional com conhecimento específico para encontrar esta alteração e ajudar o professor a conduzir o aluno que não acompanha o programa escolar:

*Eu acho que o professor percebe o erro né? O sintoma tá aqui, agora porque que você acha? O que você dá de sugestão? Tá, então, em geral, o professor não consegue ter, o professor não consegue perceber isso. Ele percebe o erro, agora porque do*



*erro, onde está o erro e como lidar com isso, de onde vem esse erro.*

O que transparece neste enunciado é que entender onde está a alteração da criança e saber trabalhar com a mesma é sempre papel do especialista e não do professor, ou seja, entende-se o professor como aquele que sabe e pode ensinar somente quem consegue acompanhar um determinado programa de ensino.

Este ideário de que cabe ao profissional especialista adequar a criança a um modelo padrão de aluno, tem uma história de constituição e o enunciado da fonoaudióloga traz as várias vozes de sua profissão, vozes que entrelaçam-se com suas experiências na clínica, em sua formação e atualização profissional.

De acordo com Bakhtin (2000), as palavras desta fonoaudióloga revelam não apenas o seu pensamento, mas uma composição daquilo que é pensado, sentido e vivido nas relações entre os sujeitos de seu contexto e grupo social, traduzindo as idéias, os valores deste grupo, o que leva a entender que a idéia das capacidades individuais, do separar para corrigir e da autoridade do especialista, ainda tem forte representatividade em nosso meio sócio-histórico e cultural.

Ao contrário destes enunciados, quando se assume uma concepção sócio-histórica, os enunciados do fonoaudiólogo revelam a busca por uma atuação diferenciada nas escolas do que a tradicionalmente realizada, no entanto, ele ainda não sabe como tornar isto viável, conforme revela a seguinte fonoaudióloga quando questionada sobre o seu papel nos casos de leitura e escrita:

*Uma questão que eu tenho assim angústia é o papel do fonoaudiólogo, pelo seguinte: percebendo que a criança aprendia que, portanto, elas não tinham problemas que impossibilitassem eles terem acesso à leitura e escrita, você começa a perceber que algum problema tem na escola (...) Então eu comecei a achar assim: pôxa vida, qual é o papel do fono? Eu também fiquei assim depois meio conflitada.*

Compreendemos que ela não tem segurança sobre seu papel frente às alterações de leitura e escrita porque entende que o problema não está na criança, mas no sistema de ensino, mas não acha que negar o atendimento a estas crianças seja a solução:

*Porque o fono ao receber essas crianças, afirmam, confirmam a opinião da escola de que realmente é um problema individual, que está na criança e que, portanto, precisam de um especialista... Então eu realmente questiono, agora por outro lado, a criança chegou até mim, está diante de mim, eu vou cruzar os braços, ou eu vou falar, vai embora?*

Esta fonoaudióloga compartilha as concepções de constituição social do sujeito, conforme sugerem Vigotski (1998) e Bakhtin (2000), entendendo que as alterações de leitura e escrita apresentadas pela criança, não necessariamente, são inerentes a ela. Por outro lado, por ser fonoaudióloga e receber estas crianças, acredita que tenha algo a fazer por elas. Diante deste impasse, ela sugere:

*Ou teria que ter, eu teria que ter um embate com a escola, eu teria que, cê entendeu? Fazer um trabalho na escola, que eu não sei como seria viável, se eu teria acesso, se a escola me abriria a porta.*

Sugere que o fonoaudiólogo tenha *um embate com escola*, mas não sabe como tornar isto viável e pode-se inferir que durante todos esses anos de sua profissão e atuação com leitura e escrita, ela ainda não teve esta relação com a escola.

Estes enunciados apontam para uma questão difícil de resolver; se por um lado, tem-se a reflexão crítica de que atender as crianças com alterações de leitura e escrita em consultório particular é atestar a favor da dificuldade individual da criança, por outro lado, se não atender esta criança na clínica, o que fazer? Atuar nas escolas seria a saída, mas diante de uma concepção histórico cultural esta profissional ainda não encontra um novo fazer na escola e conclui:

*Não me pergunte, não pergunte, eu não tenho respostas para dar em relação a isso.*

Ela não resolveu a questão que muitos fonoaudiólogos certamente não conseguem resolver. A criança, ao chegar no consultório, justifica a atuação do fonoaudiólogo que tem como papel terapêutico acolher aquele que necessita de ajuda. Ela atende na clínica, mas parece que não encontrou ainda um espaço para discutir esse atendimento na escola.

Apesar das incertezas e questionamentos sobre sua atuação, mais adiante ela anuncia o que ela acredita ser necessário à escola e ao profissional que nela atua:

*Depende da concepção do profissional que está na escola do que é linguagem oral e do que é linguagem escrita, do que é linguagem no geral.*

*Eu acredito que quem tem o pressuposto de que a linguagem é constitutiva da pessoa, a crença nisto, faz com que para que eu me modifique profissionalmente, eu também, eu modifico em mim enquanto pessoa, desvinculada do profissional que eu sou.*

Entendemos que é inserido um aspecto importante aqui. Ela afasta-se do profissional em si e aproxima-se da concepção de linguagem que este profissional tem. Retira a especificidade do profissional, independente de ser fono ou professor, o importante é ter uma concepção de linguagem que permita refletir sobre as mediações do educador, é entender que a linguagem do educador é constitutiva do aprendizado da criança. Ao invés de cavar um lugar para o fonoaudiólogo, sugere um lugar para a reflexão sobre a linguagem no espaço educacional, linguagem esta que deve ser foco de qualquer profissional preocupado com a educação.

Esta fonoaudióloga busca uma atuação mais reflexiva na escola, mas ainda não significa o professor como alguém que está disposto a esta tarefa:

*É um constante repensar... e eu não sei se os professores estão dispostos a isso ou se eles querem a segurança da cartilha (...) da aula preparada, com começo, meio e fim (...)*

### 3 – Como os profissionais se relacionam:

Os enunciados de nossos sujeitos nos mostraram que eles pouco se relacionam entre si. Apenas uma fonoaudióloga, que partilha de uma concepção organicista de desenvolvimento refere que vai até a escola para conversar sobre a criança que atende, descrevendo uma relação unilateral e prescritiva do fono para o professor:

*Eu faço contato com a escola para ver o que a escola pode estar fazendo.*

*Tem uma criança que veio até mim (...) você percebe que ela vai ter problemas lá na frente (...) eu vi que ela não estava pronta para a primeira série (...) então eu tentei de toda forma colocar isso para a escola.*

*O professor precisa saber como a criança vai caminhar, como ela vai responder a aprendizagem.*

*Muitas vezes a criança tem falha na discriminação auditiva e eu falo com a professora, abaixo a angústia dessa professora, porque essa criança vai errar, ela vai errar, não adianta ela achar que não vai errar, então ela vai errar. Agora vai repetir por conta disso? Não é justo, não é correto isso!*

Sua fala demonstra preocupação em trabalhar com a escola, em conversar com o professor, ela entende que é necessário um trabalho conjunto e integrado entre os profissionais. Os contatos que ela tem com o professor, no entanto, parecem acontecer de forma unilateral. Não percebemos uma relação de troca, de construção, de

compreensão mútua sobre o aluno, mas de orientação, prescrição sempre na direção do especialista para o professor.

Isso está de acordo com a concepção que se tem sobre o desenvolvimento do aluno e sobre o lugar que fonoaudiólogo e professor ocupam no acompanhamento do mesmo. Se ao especialista é reservada a função de identificar e conduzir os problemas do aluno, então, ele também deve informar o professor sobre os achados patológicos dos alunos e indicar o caminho que deve ser percorrido, *ver o que a escola pode estar fazendo*.

O especialista também assume a posição de definir *como a criança vai caminhar, como ela vai responder à aprendizagem*. Entendendo o biológico como determinante da aprendizagem da criança e considerando o fonoaudiólogo como o profissional competente para identificar o que está impedindo a criança de aprender, cabe a este profissional a tarefa de abaixar *a angústia dessa professora* quando a criança tem alguma alteração desta ordem e convencê-la sobre a certeza de que este aluno *vai errar*.

Esta e outras tantas fonoaudiólogas entendem que receitar condutas ao professor e prever o fracasso do aluno significam ajudar os mesmos. Ela comenta que quando sabe que o aluno tem uma dificuldade de discriminação auditiva, mesmo tendo a certeza de que ele vai errar, *não é justo* reprová-lo por conta disto. Neste caso, encontrar uma alteração orgânica que justifique o fracasso do aluno, alivia o professor.

Em momento algum do enunciado da fonoaudióloga aparecem contribuições do professor para a compreensão deste aluno:

*Então eu tenho várias experiências assim, então, uma diretora que estava pondo o pescoço dela a risco, porque eu disse o seguinte, olha, do jeito que essa criança está, dentro desta sala de aula, do jeito que esta criança está no momento dela né? Independente da faixa etária dela, o que ela está ganhando com o que está sendo oferecido? Nada (...) Depois eu falei com a escola, fiz proposta de acompanhamento desta criança na minha clínica e depois de um tempo eles aceitaram né? Aí as coisas começaram a andar, a criança começou a ter aulas individuais de reforço mais as sessões comigo, aí a tia dela vem, ela ta juntando sílabas, ta juntando, legal né? Bárbaro, esse é o caminho!*

Se o fonoaudiólogo identifica que a criança tem alguma alteração orgânica e que, desta forma, necessariamente está fadada ao fracasso, é sua responsabilidade avisar

o professor sobre isto, para evitar que o mesmo *ponha seu pescoço a risco*. Persuadir a escola sobre a necessidade de um tratamento fonoaudiológico é outra tarefa deste profissional comprometido com seu paciente, já que, quando a criança tem um acompanhamento ela melhora, o que faz o profissional convencer-se de que *este é o caminho*.

O fonoaudiólogo decide, dá o veredicto, mesmo quando a escola parece não solicitar ajuda. Segundo o enunciado acima, cabe a este profissional alertar, intervir, buscar o contato com a professora, o que se constata dos alunos para a escola porque assim entende que está fazendo o melhor em sua profissão.

Compreendemos que as relações que ela estabelece com os professores está marcada histórica e socialmente pelo ideário de que ao especialista é reservado um lugar de destaque na compreensão e decisão sobre o destino do aluno. A relação configura-se enquanto um processo de ensino – aprendizagem, cuja relação é de transmissão e recepção de conhecimentos. Espera-se que o fonoaudiólogo transmita algo que possui, enquanto ao professor é atribuído o papel de receber os conhecimentos a que é exposto. O professor é compreendido como um sujeito passivo, justamente porque o especialista não atribui ao mesmo um conhecimento adequado sobre o seu aluno.

Apoiando-se nas idéias de Bakhtin (2000), compreende-se que a relação estabelecida entre esta fonoaudióloga e o professor produz uma realidade própria deste encontro, que não permite a ela enxergar como o contexto escolar e as relações que a criança tem no interior do mesmo se inscrevem em seu desenvolvimento. Por outro lado, a partir deste encontro, o professor continua acreditando que pouco pode fazer por seu aluno e que cabe realmente ao especialista determinar o que a criança tem e como conduzir seu aprendizado e é assim que ambos se significam e são significados quando se relacionam.

### **Algumas Considerações:**

As quatro entrevistas analisadas neste trabalho permitiram uma compreensão sobre como os professores e fonoaudiólogos entendem suas atuações, como se entendem e qual reflexão fazem sobre a formação do sujeito aprendiz.

Sobre o como os profissionais entendem suas atuações, identificou-se tanto por parte dos fonoaudiólogos como dos professores, posturas divergentes no papel que se atribuem no acompanhamento da criança com alterações de leitura e escrita. Percebeu-se pelos seus enunciados que a concepção que eles têm sobre desenvolvimento, aprendizagem e educação escolar (mediação) interfere no como eles se posicionam frente às suas possibilidades de atuação.

A questão não é o profissional, mas a concepção que se tem. Imaginando que o problema é inerente ao sujeito e regido por forças internas, não é possível pensar em mediação pedagógica, em educação escolar que promova aprendizado e desenvolvimento, havendo a necessidade de um clínico que saiba o que fazer com a criança. Ao contrário, quando acredita-se que o aprendizado depende do contexto social, das mediações semióticas, do acesso a bens culturais, é possível pensar na transformação e desenvolvimento do sujeito nos espaços educacionais, não sendo imprescindível a necessidade de um clínico.

Com relação ao ideário que os profissionais têm uns dos outros, certamente ele está pautado na forma como estas profissões se constituíram e se cruzaram ao longo da história e que se imprime na consciência que têm sobre tais profissões, assim como, as interações que estes profissionais estabeleceram em suas histórias de vida, marca a forma como se entendem, se relacionam. Percebemos pelos enunciados que ambos significam ao outro profissional somente a partir de uma atuação mais tradicional. Ao fonoaudiólogo é reservado apenas o espaço clínico e ao professor o espaço de quem não reflete sobre sua atuação e não conhece o seu aluno.

Com exceção de uma fonoaudióloga que mostra estabelecer constantes contatos com os professores de seus pacientes, os enunciados de nossos sujeitos revelam que pouco relacionamento estes profissionais estabelecem em suas atuações, no entanto, independente do encontro acontecer ou ser apenas idealizado, o que parece possível é uma relação assimétrica, unilateral e prescritiva do fonoaudiólogo ao professor.

Mesmo quando se tem uma concepção de ensino, aprendizagem, desenvolvimento, linguagem e educação escolar que prioriza as relações dialógicas como espaço de construção de conhecimento e que, ao contrário de focar as capacidades individuais dos alunos, acenam para suas possibilidades sociais, os

enunciados dos sujeitos revelam que estas formas de atuar dentro de suas profissões ainda não garantiu um relacionamento mais efetivo, interativo e dialógico entre professores e fonoaudiólogos.

Certamente é difícil conquistar um outro espaço num lugar tão marcado pela legitimação da dificuldade, mas é preciso que professores e fonoaudiólogos se relacionem, não para demarcarem seus lugares, mas para ampliarem suas fronteiras, para ajudarem a entenderem-se e revelarem as condições sociais em que os alunos estão. O professor, tão conhecedor das condições do sistema em que ele e aluno se inserem; o fonoaudiólogo, tão conhecedor da singularidade histórica do sujeito que atende em seu consultório, ambos, conhecedores dos processos de desenvolvimento da linguagem escrita e do que a mesma significa na inserção cultural da criança, precisam se encontrar, compartilhar suas reflexões, porque se forem nessa busca, eles conseguirão fazer mais, conseguirão achar um caminho para o aluno aprender.

Não se trata de uma definição de papéis, de encaminhar ou não para a clínica, de atender ou não em consultório, como se isso pudesse ajudar ou não a resolver o fracasso escolar, mas trata-se de uma re-construção de atuações e concepções na busca de uma mediação positiva com os alunos, possibilitando que a clínica não sustente a classe especial e não mascare a inclusão, mas ajude a torná-la fato e que a progressão continuada não sustente a clínica e não mascare a promoção dos alunos, mas ajude os mesmos a aprenderem e desenvolverem-se.

Para que este encontro seja produtivo, é necessário ser construído um espaço comum de reflexão, onde os profissionais possam refletir sobre sua atuação no ambiente escolar e clínico, que cuidem para que a escola não continue sendo patologizada por profissionais especialistas que vão às escolas e criam problemas nos alunos além dos que a escola já tem por resolver. Da mesma forma, é preciso que estes profissionais não se invistam de uma saber mágico sobre os problemas que estão na escola e que o professor tão bem conhece.

Havendo uma mudança na forma como o fonoaudiólogo se posiciona frente às questões educacionais, professores poderão aos poucos alterar o ideário que têm deste profissional e a prática de encaminhamento poderá deixar de ser uma transferência de problemas.

Enquanto tiverem crianças chegando às clínicas por encaminhamento de professores, não há como não atendê-las, mas há como fonoaudiólogos mostrarem aos professores que eles têm condições, podem e devem alfabetizar, que a criança não tem um problema inerente a ela mesma.

Se o professor se depara com dificuldades no interior das salas de aula, o fonoaudiólogo também se depara com dificuldades no consultório, dificuldades de encontrar a atuação acertada com cada sujeito, de atribuir sentidos às suas produções e reassignificá-las. O professor que encaminha não deveria entender que transferiu um problema, mas sim que ganhou um parceiro, o fonoaudiólogo que atende não deveria entender que cabe a ele resolver o problema, mas sim ajudar a compreendê-lo.

Não são as crianças que necessitam de cuidados especiais, não são elas os problemas que os profissionais se esforçam em resolver, mas sim as próprias inseguranças, incertezas, limites e possibilidades de fonoaudiólogos e professores. Assim, a fonte problema está em outro lugar, não na criança e os profissionais é que deveriam ser continuamente formados. Acreditamos que é essa idéia que precisaria permear o pensamento destes profissionais quando não conseguem ensinar uma criança a ler e escrever, a fim de buscarem uma solução para suas próprias dificuldades e não da criança.

O que os enunciados mostram é que as diferentes concepções de desenvolvimento e aprendizagem coexistem e disputam no nosso grupo social, a partir das idéias que circulam no meio educacional e clínico e que configuram o contexto social, histórico e cultural em que eles estão inseridos, impondo limites e possibilidades em suas ações e reflexões. Por outro lado revelam que professores e fonoaudiólogos, diante das possibilidades que têm, estão lutando e buscando uma atuação acertada com as crianças que têm alterações de leitura e escrita.

Independente das concepções, ambos parecem se deparar com as mesmas dificuldades, mas ainda não as compartilham e espera-se, com este trabalho, inserir uma possibilidade de diálogo entre professores e fonoaudiólogos, que não é inaugurada, mas re-instaurada a partir dos enunciados dos próprios sujeitos. O enunciado que aqui se encerra, pretende ser um elo na cadeia dos enunciados que precederam este trabalho e que dele se derivarão, em busca de um encontro entre professores e fonoaudiólogos que



construa possibilidades de atuação sobre os processos de desenvolvimento do sujeito aprendiz.

### **Referências Bibliográficas:**

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins fontes, 2000, 3ª. ed.

\_\_\_\_; **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002, 10ª. ed.

BRASIL. **Lei nº 9.394 Lei de diretrizes e bases da educação**, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

FREITAS, Ana Paula. **Zona de desenvolvimento proximal: a problematização do conceito através de um estudo de caso**. (Tese de doutorado). Campinas: UNICAMP, 2001.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. As relações intersubjetivas na construção de conhecimento. In: GOES, Maria Cecília Rafael de e SMOLKA, Ana Luiza Bustamante (orgs.). **A significação nos espaços educacionais**. Campinas: Papirus, 1997. pp. 11-28.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; MALUF, Luciana; PEREZ, Vanessa; PEROTINO, Silvana. Prevalência de alterações fonoaudiológicas em uma clínica – escola. In: LACERDA, C.B.F. e PANHOCA, I. (orgs.) **Tempo de fonoaudiologia II**. Taubaté, SP: Cabral editora universitária, 1998. pp.39-60.

LEONELI, Beatriz; SIQUEIRA, Denise; DIAS Juliana Cozer; CAPUCCI, Sara. **Queixa de leitura e escrita em uma clínica escola de fonoaudiologia**. (Trabalho de conclusão do curso). Piracicaba: UNIMEP, 2002.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso e COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.

PATTO, Maria helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.